ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH DO COREAÚ

Ao décimo quinto dia do mês de março de dois mil e dezessete, realizou-se a trigésima oitava reunião ordinária do comitê da bacia do Coreaú, com início as nove e trinta horas da manhã, auditório do Sindicato Rural de Coreaú, localizado na Rua Francisco Camilo, S/N, Coreaú – CE, com o objetivo 08:30 – Merenda,09:00 – Informes: Fórum Cearense, Renovação CONERH,09:30 – Leitura e aprovação da ata da última reunião;09:45 – Avaliação da operação dos açudes da Bacia do Coreaú,10:15 – Eleição da Nova Diretoria,11:15 – Apresentação das propostas da nova diretoria,11:40 – Encerramento.. A reunião contou com a participação das seguintes instituições e seus representantes: Márcia Caldas – SRH; Fernando Cela- IBAMA; Joaquim Ferreira dos Reis – DNOCS; Francisco Sérgio Carneiro Fontenele – titular da Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique-APACAC; José Maria Gouveia de Carvalho – titular da ONG São Francisco, Francisco Benicio da Silva – titular da ADECUBA, Francisco Inácio de Brito - titular do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucambo; Benedito Francisco Moreira Lourenço – titular da Fundação CIS; Antônio batista de Carvalho – suplente do STR de Chaval; Antônio Pereira da Costa – titular da Associação Comunitária de São Bernardo e Desterro, Ernandes Sabino de Assis – suplente da Associação Comunitária do Sítio Ingá, Raimundo Irismar Azevedo Filho- Titular da CAGECE, Marcos Monteiro Freitas- titular da Ematerce, Francisco Ravyck Queiroz Araújo- titular da prefeitura municipal de Coreaú, Keila Aragão Fernandes titular da prefeitura municipal de Tianguá,Maria de Fátima Fernandes suplente da Câmara municipal de Uruoca. Estiveram presentes os técnicos da COGERH Sobral, Kamylle Prado, Patrícia Frota e Adriana Gondim. A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê da bacia do Coreaú, Francisco Inácio de Brito, que agradeceu a presença de todas as instituições, destacou essa reunião como sendo a última em que participa enquanto Presidente do colegiado, agradeceu o apoio da COGERH e dos membros durante o tempo que esteve na Diretoria. Em seguida passou a condução da reunião para Kamylle Prado da COGERH, foram dados alguns informes, como o da renovação de membros do CONERH, onde entraram enquanto novos membros, o Sindiágua,CREA , UFC e UNIFOR. Em seguida foi lida e aprovada a ATA da última reunião. Kamylle informou que o termo de uso sustentável da carnaúba na área de APP do açude Itaúnas está parado, segundo ela, legalmente a COGERH não pode fazer esse termo. Kamylle disse que enviou ofício para o Ministério Público solicitando que a SRH tomasse providências com relação a retirada das gaiolas de peixe do açude Gangorra, a SRH disse que não teria como retirar as gaiolas a responsabilidade seria o embargo e fiscalização, mas a retirada seria da própria empresa, dessa forma o promotor solicitou que a empresa fosse acionada para que esta retirasse os peixes. Fernando Cela pediu a palavra e disse que com o advento da lei complementar 140/ 2011 que estabelece as competências dos entes federados, o IBAMA está fazendo um movimento de saída das coisas que não sejam estritamente atribuições federais, a exemplo disso, tem-se, a fiscalização de açudes, peixes, pesca, pequenos desmatamentos, disse que isso tudo é atribuição da SEMACE ou do município. Segundo ele, o IBAMA não libera recursos pois já houveram cortes de 30%, e já existe uma pressão do governo de cortar mais 30%. Diante disso, o IBAMA decidiu extinguir as unidades do interior, portanto o escritório de Sobral

ficará aberto apenas até o dia 31/12/2017. Fernando Cela disse que com relação as gaiolas, se o cara/empresa não tem outorga nem o licenciamento ambiental, o procedimento é arrastar as gaiolas para fora do açude e o peixe ser doado, conforme manda a lei, segundo ele, cada vez que passa por uma situação dessas existem raciocínios diferentes e fica uma atrapalhação no encaminhamento. Ele falou ainda que com toda dificuldade do IBAMA ele arrumou uma semana de diária para a equipe do IBAMA vir para a região fazer a fiscalização nos açudes, mas com um problema pois não dispõem de embarcação, questão importante para a fiscalização em água, pois segundo ele, não adianta ficar na beira do açude e chamar as pessoas que elas não vem, eles se movimentam na direção contraria à equipe de fiscalização.Por conta desse fato ele disse que solicitou ao Bartolomeu, Gerente da COGERH Sobral, a embarcação para usarem na fiscalização, o que foi confirmado pelo gerente da COGERH Sobral. Fernando perguntou a Bartolomeu se tinha um piloto para dirigir o barco mas ele disse que tinha mas não tinha as diárias, diante disso Fernando conseguiu um colega do IBAMA habilitado para pilotar embarcações e ligou para o Bartolomeu dizendo que o piloto iria pegar o barco na segunda feira e o Bartolomeu disse que passasse na terça-feira, mas quando foi na terça ele disse que não tinha gasolina, o resultado disso foi que os fiscais do IBAMA vieram para a região fazer a fiscalização pois já tinha sido feita a programação mas fizeram a ação em terra, portanto não foi possível entrar na água, dessa forma limitando por demais a ação de fiscalização. Benedito disse que o relato da ata anterior o incomodou bastante, e o que o Fernando Cela levantou é o que estaríamos vivendo, a privatização do estado brasileiro e suas instituições, e a população é quem paga o pato. Este afirmou que a propriedade privada é maior que a constituição. Disse também que gostaria de participar da ação do manejo sustentável das carnaúbas na área de APP do açude Itaúna pois se não fizermos algumas coisas os carnaubais serão eliminados. Márcia Caldas da SRH pediu a palavra, haja vista sua instituição ter sido citada anteriormente, disse que concordava com os colegas que o estado e o governo federal sofrem com o sucateamento das instituições, e que tem muitas coisas da lei que não são cumpridas mas que em toda lei existem passos, como é o caso da notificação no caso das multas ,de acordo com a lei 14.844, o capítulo 12 dá todos os passos a serem seguidos em caso de infrações e sanções e disse que a SRH está cumprindo com o que tem na lei. Continuou dizendo que, sobre a questão de quem deve retirar as gaiolas e peixes do açude Gangorra, está no parágrafo segundo inciso quarto da lei, que diz que o infrator responderá cumulativamente pelas multas, bem como pelas despesas que a administração publica tiver sido obrigada a realizar.Portanto seria o infrator quem deve se responsabilizar pelos custos. Fernando Cela disse que é isso mesmo, o estado pode arcar com os custos e depois cobrar do infrator. Márcia continuou dizendo que a SRH não teria máquinas para retirar os peixes do reservatório e que estariam cumprindo com os prazos e determinações, e que não foram omissos. Irismar da CAGECE pede para tirar uma dúvida sobre esse caso das gaiolas do Gangorra, ele perguntou se o que se faz com o infrator que tem prazos para cumprir e quando ele não o faz, o que acontece? responderam que tem multa e embargo. Irismar disse que, para o que a CAGECE precisa, que é uma quantidade razoável de água bruta com possibilidade de ser tratada por exemplo, o efeito da multa no infrator não muda em nada se ele não tirar o efeito poluente , dessa forma a CAGECE continuaria com o problema . Joaquim do DNOCS disse que, antigamente em caso de infração/irregularidades o próprio DNOCS tomava as providências, hoje é diferente, a exemplo disso descreveu um caso que aconteceu em que um cara estava construindo uma casa dentro do açude carão em Tamboril,ai o DNOCS fez o embargo mas quando os técnicos chegam lá um mês depois a casa já estava construída. Marcos da EMATERCE de Camocim, retomou o tema da extração da carnaúba na APP do Itaúna dizendo que a primeira ação a ser feita era delimitar a área de propriedade do estado, no caso da SRH, este disse que pegou uma certidão no cartório e

constatou que o estado tem 150 ha além da bacia do açude, com a diminuição da água do açude as cercas foram entrando dentro do Itaúna, disse ainda que, o grande problema é que quando não se dá um limite para os proprietários eles vão dizendo que a área é deles impedindo que as pessoas/ISCA façam a exploração da carnaúba. Falou ainda que tinha consultado o Ministério do trabalho, em Fortaleza e eles disseram que a associação ou entidade podem fazer a exploração desde que tenham o equipamento de proteção individual-EPI. Marcos disse que após a SRH delimitar as áreas, a COGERH, SRH e SEMACE podem fazer um termo autorizando a exploração. Fernando Cela informou que a legislação ambiental já prevê os usos em áreas de APP para atividades extrativistas, e que não precisa complicar, tanto o código florestal quanto a lei de crimes ambientais, contanto que seja extrativista, este afirmou que não é crime e não afeta o ambiente , ao contrário. Marcos da Ematerce sugeriu que a COGERH deveria se envolver , isto é, acompanhar esse trabalho para informar onde se localizam os pontos demarcatórios.Ele continuou a sugestão dizendo, que poderia se fazer até uma parceria com a associação para que esta bata os limites da área todo ano, e em troca terá a permissão de explorar a carnaúba. Sua proposta é que se faça um acordo de cooperação entre a associação e o estado(COGERH e SRH), o estado concede o uso e a associação faz os serviços necessários para a manutenção da APP. Kamylle fez uma proposta de que se faça uma reunião com SEMACE, a equipe de fiscalização da COGERH e equipe de fiscalização da SRH, esta disse ainda que o único problema que observava é de quem fará o termo, quem é que assume legalmente a responsabilidade de autorizar cada atividade ? no caso do acesso ,é a SRH porque ela é proprietária , a fiscalização da área de entorno fica com a SEMACE. Fernando Cela disse que não existe essa figura de um termo de exploração de uso sustentável, o que existe é a autorização simples da SRH para que aquela comunidade possa utilizar a área. O sr. Marcos propôs que as duas associações -ISCAS façam um ofício se propondo manter os marcos/variantes em torno do açude e solicitando autorização para a exploração da carnaúba, isso diminuiria a burocracia. O sr Irismar da CAGECE endossou a proposta do Sr. Marcos. **Assim ficou para a COGERH fazer uma reunião com a ISCA para que esta solicite a SRH a autorização para a exploração da carnaúba.** Benedito disse que seria importante levar o documento que faz a demarcação da área, **Patricia disse que a COGERH pode viabilizar, ficando assim responsável pela solicitação dessa documentação de delimitação da área, a ser levada para a reunião com a ISCA.** Em seguida Patrícia apresentou a situação hídrica e meteorológica do estado e da bacia do Coreaú, iniciou com a previsão de chuvas para o período março/abril/maio, mostrou várias informações, dentre elas, o volume de água armazenado por bacia hidrográfica no Ceará, deste mês em relação aos anos anteriores, o volume armazenado até essa data nas bacias do estado, o aporte de água até essa data nos açudes da bacia do Coreaú. Informou também a situação do açude Angicos com relação à alocação de 2016, informando o volume e o aporte até a data dessa reunião. Benedito da Fundação CIS fez uma denúncia de lavagem de roupas no canal do angico Juazeiro, e que nesse último período chuvoso houve muito uso herbicida na área de APP, ele disse que fotografou o local e que o veneno escoa para o rio Juazeiro. Este disse ainda que essas áreas ficam na margem da estrada da CE Araquém-Coreaú. Patricia relatou que já identificou embalagens de veneno/agrotóxico perto de bombas de captação de água do Angicos, que em novembro de 2016 a situação da qualidade da água era de estado eutrófico. Benedito falou que há alguns meses atrás estávamos com dificuldade por conta da pouca quantidade de água, agora temos a possibilidade de termos água mas que nós temos um conjunto de hábitos irresponsáveis com relação ao meio ambiente, que contaminam à água, portanto se não houver um cuidado das instituições com a educação ambiental como também de fazer funcionar o controle legal, essa situação vai piorar. Kamylle lembrou que saiu como encaminhamento de outra reunião, que o Benedito apresentaria sua dissertação de mestrado para o comitê, então ela perguntou se poderia

ficar para a próxima reunião ordinária. Benedito lembrou que a pesquisa/dissertação do Rodrigo Rodrigues vai dar uma grande contribuição para a bacia do Coreaú, Kamylle disse que as duas serão apresentadas e a diretoria definirá no momento de sua reunião de definição de pauta, qual será a primeira a ser apresentada. Márcia Caldas da SRH, que faz parte da comissão eleitoral, encaminhou o processo de eleição da diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú, este com chapa única. Márcia perguntou ao plenário se ela leria todo o regimento ou se passaria para o processo direto, ficou acordado que se passasse para o processo de eleição, informou também que como só tem uma chapa o plenário poderia votar por aclamação, o que foi aceito por todos. Então foi perguntado se todos concordavam com a eleição da chapa, o que foi aprovado por aclamação. A chapa ficou a seguinte: Sérgio Fontenele/Associação dos produtores de cachaça de alambique do Ceará-APCAC -presidente, José Pinto/FAEC-vice presidente, Marcos Monteiro /Ematerce- secretário e Francivaldo Nascimento do sindicato de trabalhadores rurais de Frecheirinha-segundo secretário. Márcia fez uma ressalva dizendo que em caso de vacância do presidente e vice-presidente tem que se fazer nova eleição, pois segundo a lei a presidência e vice-presidência não podem ser assumida por representantes do órgãos estaduais. Em seguida os novos membros fizeram uma fala apresentando suas ideias de trabalho. Marcos colocou que o CBH terá que rever algumas coisas com relação as águas e mananciais, e que participou recentemente de reunião do FCBH e viu algumas coisas interessantes, como a de que o Fórum pode encaminhar questões relacionadas as especifidades de cada comitê, portanto é um lugar importante a ser ocupado, como também a diretoria deve buscar recursos para projetos relacionados a bacia do Coreaú, outra questão é a necessidade de conhecermos nossos mananciais, as nascentes os açudes, etc. Disse que apesar do pouco tempo de cada um, entende que tem-se que trabalhar em busca de projetos. Sérgio agradeceu a todos e parabenizou a diretoria anterior, reconhecendo que esse não é um trabalho fácil, reconheceu a importância da secretaria executiva da COGERH para o funcionamento do comitê e disse ter um amor grande pelo comitê. Com relação as propostas ele frisou a necessidade de visitar cada município da bacia de forma mais sistemática, conhecendo os gestores e outras entidades dos municípios que não estão ligadas ao poder publico, visibilizar o comitê, dar continuidade a luta pela APA da serra da "Penaduba" de Frecheirinha, que precisa-se escutar mais as experiências e sugestões dos membros do comitê, aumentando o dialogo com as instituições e com as pessoas. Falou também que precisa-se ocupar mais espaços nas mídias locais, nas rádios comunitárias pois ainda é necessário avançar nesse sentido, o comitê ainda é um ilustre desconhecido. Acessar o PRO COMITÊ, conhecer os olhos de águas, as nascentes, o nosso rio. Outra questão colocada por ele foi a importância de se apropriar do monitoramento das águas subterrâneas, haja vista a grande quantidade de poços existentes hoje, o que tem implicação para o lençol freático. Enfim, disse que se esforçá para realizar um bom trabalho durante esse mandato e agradeceu o voto de confiança. Benedito agradeceu em nome da Fundação CIS o exercício da diretoria anterior e disse que precisamos de resistência para realizar esse trabalho, acho que o Sérgio e o Marcos preenchem um pre requisito de abrir portas que ele não consegui ou teve dificuldade, acredita que essa diretoria tem possibilidade de melhorar a negociação do comitê com os gestores municipais, onde tem-se dificuldade de ter o engajamento dos municípios, lembrou que sua pesquisa do mestrado de monitora cinco nascentes em Ibiapina, no alto Coreaú e pode-se começar um trabalho por elas, se colocando a disposição para contribuir. Kamylle agradeceu a diretoria anterior e parabenizou a nova diretoria. Sem mais para o momento deu-se por encerrada a reunião.